

GUERRA CULTURAL E A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DAS VIOLÊNCIAS: UMA ANÁLISE TEÓRICO-CRÍTICA.

¹Tomas Jeferson de Sousa Henrique

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará, tomazie.ufc@gmail.com

1. Introdução

No cenário contemporâneo, as tensões políticas e ideológicas têm se intensificado por meio do que se convencionou chamar de "guerra cultural"¹: uma disputa simbólica que transcende os espaços institucionais e se instala no cotidiano, nos discursos públicos e nas redes sociais. Embora os direitos de grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras, LGBTQIAPN+, mulheres e povos indígenas tenham conquistado maior visibilidade, é nesse contexto de conquista que emergem reações conservadoras cada vez mais articuladas, fundamentadas no ódio e no preconceito. Essas reações frequentemente enquadram essas pautas como práticas subversivas, revelando que a disputa em curso não é apenas por direitos, mas pela definição do que pode ser reconhecido como legítimo no espaço público. Diante desse quadro, este artigo se propõe a responder: como a guerra cultural, enquanto projeto político, opera na fabricação de consensos morais que legitimam a violência estrutural contra grupos subalternizados?

Esse movimento, que sustenta a lógica conservadora, atua diretamente na construção política das violências, não apenas físicas, mas também epistêmicas e simbólicas, que recaem sobre esses corpos marginalizados. Neste contexto, entende-se por "polarização ideológica" o processo de radicalização discursiva que simplifica debates complexos em campos antagônicos, alimentando a construção retórica de inimigos internos.

O presente texto tem como objetivo compreender como esta guerra cultural opera na legitimação dessas violências e na desqualificação das lutas emancipatórias por direitos fundamentais à existência, em específico na Educação. A análise se fundamenta em abordagem teórico-bibliográfica, com base em autoras e autores como Silva (2019), Messenberg (2019) e Safatle (2012), articulando os conceitos de educação, pertencimento e subjetividades historicamente violentadas. Busca-se, assim, evidenciar de que forma a extrema politização ideológica contemporânea alimenta dispositivos de opressão e silenciamento, transformando debates sobre direitos e avanços sociais em potentes armas de perpetuação das violências e das desigualdades.

2. Metodologia

¹ O termo "guerra cultural" remonta aos debates estadunidenses dos anos 1990, sendo aqui apropriado para analisar disputas simbólicas no contexto brasileiro contemporâneo. Embora o termo seja contestado por alguns por sugerir uma simetria que não existe, utilizamo-lo aqui justamente para evidenciar o caráter beligerante e estratégico da reação conservadora, que busca aniquilar simbolicamente as pautas emancipatórias (Hunter, 1991; Messenberg, 2019; Safatle, 2012; Santos 2020).

Para a realização desta análise teórico-crítica, adotou-se uma metodologia qualitativa fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de construir uma revisão integrativa e crítica da literatura sobre os fenômenos da guerra cultural, da violência estrutural e dos debates identitários. O percurso metodológico foi estruturado em três eixos principais de levantamento e seleção de fontes.

Em um primeiro momento, utilizou-se a plataforma Google Scholar como ferramenta inicial para um mapeamento amplo e contemporâneo da produção acadêmica nacional e internacional. A partir de descritores como "guerra cultural", "necropolítica", "interseccionalidade" e "identitarismo", identificou-se um conjunto relevante de artigos, teses e livros que compõem o debate atual, permitindo traçar as principais linhas de argumentação e os autores de referência na área.

Posteriormente, realizou-se uma busca mais especializada no portal SciELO (Scientific Electronic Library Online), privilegiando a produção científica brasileira e latino-americana nas Ciências Humanas e Sociais. Essa etapa foi crucial para ancorar a discussão no contexto socio-político específico do Brasil, identificando análises publicadas em periódicos que tratam da ascensão da nova direita, dos pânicos morais e da desdemocratização, garantindo assim a pertinência e a atualidade do referencial teórico.

Por fim, complementou-se a base teórica com a consulta a obras físicas fundamentais disponíveis em bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. Este eixo permitiu o acesso a obras completas que não foi oportuno encontrar disponível em formato digital, assegurando profundidade e robustez conceitual à análise. A triangulação dessas diferentes fontes permitiu uma abordagem metodológica rigorosa e multidimensional, capaz de sustentar a crítica teórica proposta e de situar o debate dentro de um panorama amplo e consistente de referências.

3. Resultados e discussão

A denominação de "guerra cultural" no Brasil não pode ser entendida apenas como um fenômeno espontâneo ou como resultado de disputas ideológicas fragmentadas. Trata-se, antes, de um projeto político articulado que, sustentado em valores tidos “conservadores” como "família", "religião" e "pátria", desloca o foco de lutas estruturalmente organizadas por justiça social e políticas públicas de existência, reforçando um regime simbólico de exclusão. Ao transformar debates sobre direitos humanos em ameaças à ordem moral, essa guerra cultural opera como um dispositivo de controle e silenciamento político, contribuindo diretamente para a construção das violências (Safatle, 2012).

Essa lógica se sustenta na produção dos “vilões da moralidade”, em que determinados sujeitos são retratados como ameaças à “normalidade” social, visto que:

[...] a demonização de um grupo social real ou imaginário é um dos pilares do ‘mito do complô’, que assume função social explicativa das mais importantes no universo da política. Ao reduzir a uma única causalidade os acontecimentos desconcertantes e incômodos, finda por lhes restituir a inteligibilidade, minimizando a terrível angústia provocada pelo desconhecido. [...] Desse modo, fornecendo resposta ao que não se compreende ou ao que não se aceita na história e exercendo papel importante na reafirmação de identidades sociais, o mito do complô termina funcionando como instrumento poderoso para a exclusão dos diferentes e justificador de fracassos. (Girardet *apud* Messenberg, 2019, p. 43).

Nesse sentido, essa guerra não apenas inverte a lógica do oprimido e do opressor, mas também

abre espaço para a legitimação da retirada de direitos sob argumentos infundados, estabelecendo uma relação distorcida entre os discursos e a real natureza das pautas identitárias. É nesse contexto que emerge o recorrente uso do termo "identitarismo", como uma forma de deslegitimar a luta dos movimentos sociais minoritários. Ao resgatar a trajetória da palavra, como surge, se desenvolve e deságua na contemporaneidade, compreende-se que, para além do discurso tendencioso conservador, a noção de identidade é também uma resposta às formas de exclusão e violências que estruturam a constituição dessas comunidades.

Vale destacar que grupos hegemônicos também constroem identidades coletivas, como a branquitude, a heteronormatividade e o patriarcado, que naturalizam seu lugar de poder. O identitarismo, portanto, atua para preservar esses privilégios históricos, reagindo estrategicamente aos movimentos que contestam tais estruturas. Portanto, a acusação de "identitarismo" dirigida a grupos marginalizados é uma manobra retórica dupla: invisibiliza o caráter identitário e privilegiado dos grupos dominantes, e patologiza a organização política dos oprimidos, transformando-a de "luta por direitos" em "demandas sectárias".

A educação se configura como um dos principais campos de incidência da guerra cultural, uma vez que é no espaço escolar que se produzem e legitimam saberes, valores e narrativas sobre o mundo social. Nesse contexto, a disputa não se restringe ao plano discursivo, mas se materializa em conflitos curriculares, na deslegitimação de práticas pedagógicas críticas e na tentativa de impor uma suposta neutralidade que, na prática, reafirma perspectivas hegemônicas. Assim, a violência epistêmica mencionada anteriormente ganha forma concreta na exclusão de saberes subalternizados e na negação da pluralidade de experiências, evidenciando que educar é, também, um ato político atravessado por relações de poder.

Portanto, a identidade é um fator de grande destaque dentro das disputas de poder. Vale ressaltar que a mobilização política, dentro de grupos marginalizados, não surge como fragmentos isolados do social, mas como formas coletivas de reação a um sistema que privilegia certas experiências enquanto silencia outras, evidenciando um modelo hegemônico que é considerado "natural". Como aponta Robinson (1983, p. 45), o que chamamos de "universal" frequentemente está alicerçado em divisões estruturais, como a racialização, a exploração e a hierarquização dos corpos, que sustentam o funcionamento do capital, ou seja: é completamente proposital que sujeitos que destoam desse "universal" sejam submetidos à múltiplas violências e subalternização. Nesse contexto, a luta por reconhecimento não é individualismo, mas uma disputa por existência, por visibilidade e por justiça.

Nesse sentido, ao se pensar no espaço que a Educação ocupa na sociedade, como aponta Freire (1997, p.7), não há educação neutra, visto que "educação é um ato fundamentalmente político". Ou seja, essa disputa se expressa, por exemplo, em controvérsias em torno da inclusão de debates sobre gênero, raça e desigualdade nos currículos escolares, frequentemente acusados de promover "doutrinação". Tais acusações operam como mecanismos de controle do trabalho docente e de limitação do pensamento crítico, reforçando a ideia de uma neutralidade que, na prática, sustenta perspectivas historicamente dominantes

Desse modo, a guerra cultural se consolida como um dispositivo central na manutenção das estruturas de poder, operando não apenas pela via do conflito ideológico, mas pela regulação dos saberes, das subjetividades e das formas legítimas de existência. Ao atravessar o campo educacional, evidencia-se que a disputa não é apenas sobre opiniões, mas sobre a própria produção da realidade social. Assim, mais do que um embate simbólico, trata-se de um mecanismo ativo de organização das desigualdades, o que exige abordagens críticas que

articulem dimensão política, epistemológica e pedagógica na compreensão e no enfrentamento dessas dinâmicas.

4. Conclusões

A análise evidencia que a guerra cultural no Brasil contemporâneo opera como um projeto político de manutenção das desigualdades, ao deslocar o debate público para disputas morais que deslegitimam sujeitos e pautas historicamente marginalizadas. Nesse contexto, a educação se configura como um campo estratégico, tanto na reprodução quanto no enfrentamento dessas dinâmicas, uma vez que participa da construção e legitimação dos saberes e das formas de existência socialmente reconhecidas. Assim, compreender e resistir à guerra cultural implica fortalecer práticas educativas críticas, comprometidas com a pluralidade, com a justiça social e com a problematização das relações de poder que atravessam a produção do conhecimento.

Palavras-chaves: Guerra cultural; Educação; Identidade.

Referências bibliográficas

- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 33ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1997. (Coleção: Polêmicas do Nosso Tempo - 4).
- HUNTER, James Davison. **Culture Wars: The Struggle to Define America**. New York: Basic Books, 1991.
- MESSENBERG, Débora. **A cosmovisão da “nova” direita brasileira**. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FEIXO, Adriano de (org.). **Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 32–52.
- ROBINSON, Cedric J. **Marxismo Negro: A criação da Tradição Racial Negra**. Tradução de Fernanda Silva e Sousa, Caio Neto dos Santos, Margarida Goldszajn. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. 87p.
- SANTOS, Frederico Rios C. dos. **O que se entende por Retórica da Guerra Cultural**. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 180-227, jan./mar. 2021. DOI: 10.14393/DL45-v15n1a2021-6. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/52265/33643#toc>>. Acesso em: 15 de dez 2025.